Revista Eletrônica ACERVO CIENTÍFICO
ISSN 2595-7899

Caracterização do perfil epidemiológico da violência sexual infantil no estado do Pará no período de 2019 a 2021

Characterization of the epidemiological profile of child sexual violence in the state of Pará from 2019 to 2021

Caracterización del perfil epidemiológico de la violencia sexual infantil en el estado de Pará entre 2019 y 2021

Carolina Pismel Xavier Pinto[1].

RESUMO

Objetivo: Analisar e descrever o perfil das notificações de violência sexual infantil no Estado do Pará, nos anos de 2019 a 2021, segundo dados do Sistema de Informações de Saúde do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde. **Métodos:** Trata-se de um estudo descritivo, transversal, retrospectivo, de abordagem quantitativa dos casos notificados de violência doméstica, sexual e/ou outras em crianças. As variáveis elegidas corresponderam àquelas disponíveis no DATASUS, e que corresponderam aos objetivos da pesquisa, a saber: tipos de violência, sexo, raça, faixa etária, tipo de violência e autor da agressão. Os dados coletados foram analisados utilizando análise estatística, com frequência simples e relativa. **Resultados:** Foi possível identificar, apesar do decréscimo com os anos, uma ocorrência significativa de 4820 notificações de violência sexual infantil no estado do Pará entre 2019 e 2021, apresentando um perfil centrado em meninas, entre 10 e 14 anos, autodeclaradas pardas, vítimas de violência realizadas por amigos e/ou conhecidos no ambiente residencial, predominantemente na região Metropolitana I. **Conclusão:** Apesar do decréscimo com os anos, uma ocorrência significativa de 4820 notificações de violência sexual infantil no estado do Pará entre 2019 e 2021.

Palavras-chave: Violência sexual, Violência sexual infantil, Métodos epidemiológicos.

ABSTRACT

Objective: To analyze and describe the profile of reports of child sexual violence in the State of Pará, from 2019 to 2021, according to data from the Health Information System of the Department of Informatics of the Unified Health System (DATASUS). **Methods:** This is a descriptive, cross-sectional, retrospective study, with a quantitative approach of notified cases of domestic, sexual and/or other violence in children. The chosen variables corresponded to those available in DATASUS, and which corresponded to the research objectives, namely: types of violence, sex, race, age group, type of violence and author of the aggression. The collected data were analyzed using statistical analysis, with simple and relative frequency. **Results:** It was possible to identify, despite the decrease over the years, a significant occurrence of 4820 reports of child sexual violence in the state of Pará between 2019 and 2021, presenting a profile centered on girls, between 10 and 14 years old, self-declared brown, victims of violence carried out by friends and/or acquaintances in the residential environment, predominantly in the Metropolitan Region I. **Conclusion:** Despite the decrease over the years, there was a significant occurrence of 4820 reported cases of child sexual abuse in the state of Pará between 2019 and 2021.

Keywords: Sexual violence, Child sexual violence, Epidemiological methods.

[1] Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará, Belém – PA.

SUBMETIDO EM: 11/2025 | **ACEITO EM: 12/2025** | **PUBLICADO EM: 12/2025**

RESUMEN

Objetivo: Analizar y describir el perfil de los casos denunciados de abuso sexual infantil en el estado de Pará, entre 2019 y 2021, según datos del Sistema de Información en Salud del Departamento de Informática del Sistema Único de Salud. **Metodos:** Estudio descriptivo, transversal y retrospectivo con enfoque cuantitativo de casos denunciados de violencia doméstica, sexual y/o de otro tipo contra niños y niñas. Las variables seleccionadas correspondieron a las disponibles en DATASUS y a los objetivos de la investigación, a saber: tipo de violencia, sexo, raza, grupo de edad, tipo de violencia y perpetrador. Los datos recopilados se analizaron mediante análisis estadístico, con frecuencias simples y relativas. **Resultados:** A pesar del descenso registrado a lo largo de los años, se identificó una incidencia significativa de 4820 denuncias de violencia sexual infantil en el estado de Pará entre 2019 y 2021. El perfil de las víctimas se centra en niñas de entre 10 y 14 años, que se identifican como mestizas, víctimas de violencia perpetrada por amigos o conocidos en el entorno residencial, principalmente en la Región Metropolitana I.

Palabras clave: Violencia sexual, Violencia sexual infantil, Métodos epidemiológicos.

INTRODUÇÃO

Segundo o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, o abuso e a exploração sexual encontram-se inseridos no conceito de violência sexual (BRASIL, 2013, p.25). Conforme a Lei n. 13.431 de 4 de abril de 2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a violência sexual contra crianças e adolescentes é entendida como "qualquer conduta que constranja a criança ou o adolescente a praticar ou presenciar conjunção carnal ou qualquer outro ato libidinoso, inclusive exposição do corpo em foto ou vídeo por meio eletrônico ou não". Ainda de acordo com essa lei, o conceito de violência sexual pode compreender uma ou mais das seguintes especificidades a) abuso sexual; b) exploração sexual comercial; c) tráfico de pessoas com fim de exploração sexual (BRASIL, 2017, art.10).

Dentre os tipos de violência contra crianças e adolescentes, a mais impactante é a violência sexual. Segundo o Conselho Federal de Psicologia (2020), embora reconhecida como um fenômeno antigo, a violência sexual só foi considerada um problema social a partir do século XX, quando passou a ser concebida como uma das formas de violação dos direitos humanos que pode comprometer seriamente o desenvolvimento físico, psicológico e social das vítimas. Os efeitos da violência variam de acordo com o tipo e grau de violência, a duração de exposição à situação, a idade da criança e/ou do(a) adolescente, a diferença de idade entre o autor da agressão e a vítima, a importância da relação entre o autor da agressão e a vítima, a ausência de figuras parentais protetoras e de apoio social, e o grau de segredo e de ameaças contra a criança ou adolescente (BRASIL, 2020).

A ocorrência da violência sexual durante o processo formativo, quando o cérebro está sendo fisicamente desenvolvido, pode deixar marcas em sua estrutura e função, provocando efeitos que alteram, de modo irreversível, o desenvolvimento neuronal, levando a severas consequências para o desenvolvimento da criança, incluindo prejuízos cognitivos, emocionais, comportamentais e sociais (NSPCC, 2018).

Estatísticas mundiais acerca da violência sexual envolvendo crianças e adolescentes demonstram o caráter preocupante do fenômeno. O Relatório que reuniu dados no período de 2016 a 2017 de países do Reino Unido (Inglaterra, Irlanda do Norte, Escócia e País de Gales) contabilizou 54.846 mil denúncias de violência sexual contra menores de 18 anos, apontando ainda para a tendência crescente dos casos com o passar dos anos (CRUZ MAD, et al., 2021).

Dados da Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos, no Brasil, revela que, nos anos de 2015 e 2016, o disque 100 recebeu mais de 33 mil denúncias em relação à violência sexual perpetrada contra crianças e adolescentes (BRASIL, 2016). De acordo com o boletim epidemiológico do Ministério da Saúde de 2018, no período de 2011 a 2018 foram notificados 184.524 mil casos de violência sexual, dos quais 76,5% foram cometidos contra criança e adolescentes, situação que pode estar relacionada à maior vulnerabilidade dessa faixa etária. Como exemplo, estatisticamente, os jovens de 16 a 24 anos correm o maior risco de violência sexual (ROY EA, 2018).

O tema sobre a violência sexual infantil adquiriu maior expressão na implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990, cuja aprovação foi consequência de um marco que representou a Constituição Federal de 1988 na afirmação dos direitos da criança e do adolescente, os quais passaram de uma visão de "objeto" para sujeitos de direitos (BRASIL, 2017).

O Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) surgiu a favor da efetivação do ECA com a responsabilidade de implementar Conselhos estaduais e municipais, de Direito e Tutelares. Em junho de 1993, surgiu o Relatório da primeira Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, para investigar as redes de exploração sexual de crianças, evidenciando a falta e necessidade da criação de políticas públicas básicas e de atendimento às vítimas. O Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes, produzido pelo Ministério da Justiça, tem como finalidade incentivar ações que possibilitem intervenções para o combate à violência contra crianças e adolescentes (BRASIL, 2013). No ano de 2011, com a publicação da Portaria nº 104 de 2011 do Ministério da Saúde, tornou-se obrigatória a notificação da violência (ONÇA JS e SILVA DA, 2020).

A identificação da violência contra as crianças suscita a necessidade de protegê-las, e esta ação se inicia oficialmente a partir da notificação, a qual é considerada compulsória, e a partir disso é possível investigar vários fatores relacionados à violência, tornando a notificação um poderoso instrumento de política pública. Diante das peculiaridades que envolvem a violência sexual infantil, reconhecida como uma questão social e de saúde pública devido à magnitude da violação aos direitos humanos, o estudo teve por objetivo analisar a violência sexual infantil no Estado do Pará e assim poder servir de base para a programação de ações por parte do governo para o enfrentamento da mesma.

MÉTODOS

Trata-se de um estudo transversal, retrospectivo, descritivo de base documental e com abordagem quantitativa, realizada a partir de dados preexistentes, oriundos dos registros das fichas de notificação do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) – de Violência Sexual e/ou Outras Violências Interpessoais, disponibilizados por meio do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS).

Este projeto não foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa, por se tratar de utilização de dados oficiais e de acesso livre o que justifica a ausência do registro e da avaliação do Comitê de Ética em Pesquisa, conforme a Resolução CNS nº 510, de 7 de abril de 2016.

Os dados estão disponibilizados no site do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS), através do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN). Este sistema contém informações sobre violência interpessoal/ sexual em crianças de 0 a 14 anos de idade no período de 2019 a 2021. Os dados foram coletados do site DATASUS/SINAN, os mesmos foram organizados em planilhas eletrônicas através do software Microsoft Excel. Os dados coletados foram analisados utilizando análise estatística, com frequência simples e relativa.

As variáveis utilizadas de acordo com o proposto nos objetivos do estudo foram os dados obtidos no SINAN entre janeiro de 2019 e dezembro de 2021. As variáveis analisadas, disponíveis no DATASUS/SINAN foram: o número de casos de violência sexual infantil por ano de notificação; região de saúde de residência; faixa etária, sexo e raça das crianças violentadas sexualmente; local de ocorrência; vínculo-grau de parentesco com o provável autor da violência.

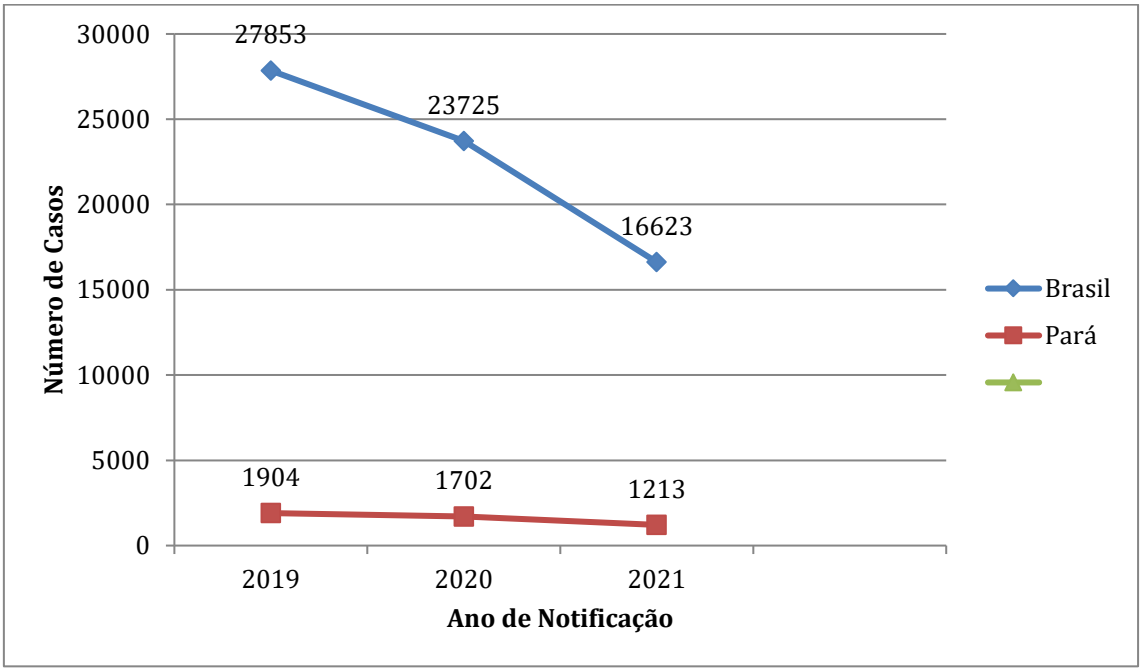
Foram selecionados dados específicos de violência do tipo sexual, praticada contra crianças com idade entre 0 e 14 anos, notificados no estado do Pará entre os anos disponíveis de 2019 a 2021 disponibilizadas em banco de dados do DataSUS.

A coleta de dados foi realizada no período de dezembro de 2022 por meio do DATASUS para posterior comparação e análise. Foram coletados todos os dados de forma retrospectiva e organizados em planilha eletrônica do software Microsoft Excel e gráficos.

RESULTADOS

No período de 2019 a 2021, foram notificados 68.201 casos de violência sexual contra crianças no Brasil, sendo que, destes, 4.820 casos ocorreram no Estado do Pará. O ano com maior número de notificações foi 2019, havendo registros de 1.904 casos no estado paraense (**Figura 1**).

Figura 1 - Evolução dos casos de violência sexual infantil em crianças de 0 a 14 anos no período de 2019 a 2021 no Estado do Pará e Brasil.



Fonte: Pinto CPX, 2025.

Observando-se as regiões de saúde, houve um predomínio de casos de violência sexual infantil nas localidades pertencentes à região Metropolitana I, com cerca de 40,54% das notificações (**Tabela 1**). Em seguida, estavam os municípios localizados em Carajás e em Tocantins.

Tabela 1 - Distribuição dos casos de violência sexual infantil no Pará entre 2019 e 2021 segundo as regiões de saúde de residência.

Região de saúde	Nº de casos	Porcentagem (%)
Araguaia	99	2,05
Baixo Amazonas	365	7,57
Carajás	551	11,43
Lago de Tucuruí	149	3,09
Metropolitana I	1954	40,54
Metropolitana II	213	4,42
Metropolitana III	247	4,12
Rio Caetés	128	2,65
Tapajós	42	0,87
Tocantins	519	10,76
Xingu	357	7,4
Marajó I	156	3,23
Marajó II	69	1,43

Fonte: Pinto CPX, 2025.

No que se refere à faixa etária da população, observou-se que a maioria dos casos ocorreu em crianças com idade entre 10 e 14 anos, equivalendo a 59,27% da população estudada. Além disso, crianças menores de um ano foram menos afetadas, representando cerca 1,68% (**Tabela 2**).

Tabela 2 - Distribuição dos casos de violência sexual infantil no Pará entre 2019 e 2021 segundo faixa etária, sexo e raça/cor.

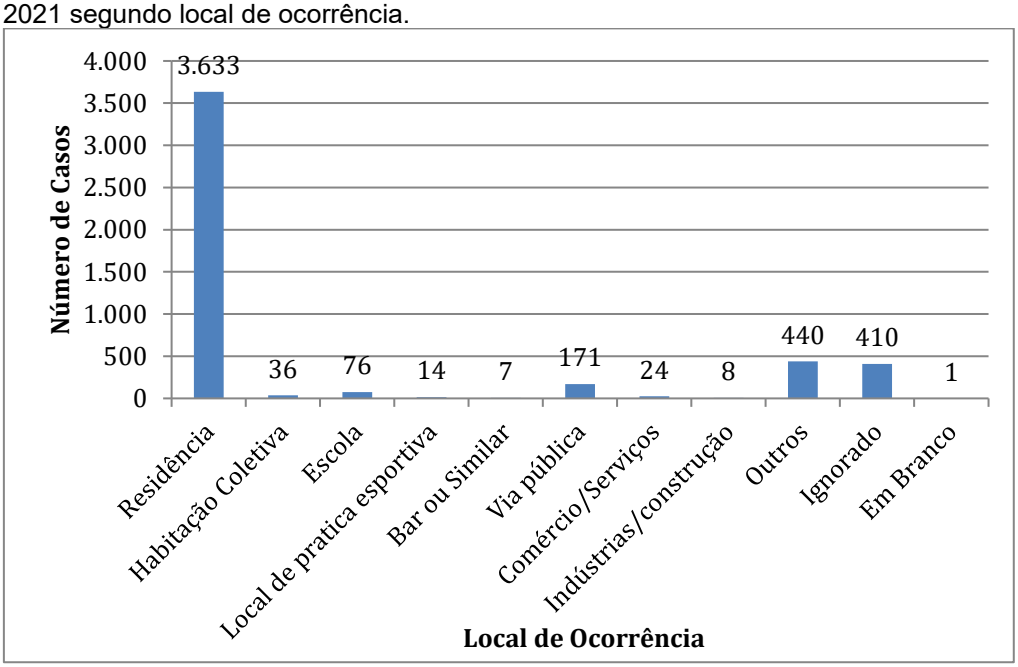
Variáveis	Nº de casos	Porcentagem (%)
Faixa etária		
< 1 ano	81	1,68
1-4 anos	596	12,36
5-9 anos	1.286	26,68
10-14 anos	2.857	59,7
Sexo		
Feminino	4.254	88,25
Masculino	565	11,72
Ignorado	1	0,02
Raça/Cor		
Branco	576	11,95
Pardo	3.838	79,62
Preto	263	5,45
Amarelo	37	0,76
Indígena	42	0,87
Ignorado	64	1,33

Fonte: Pinto CPX, 2025.

Já em relação ao sexo e à variável cor, 88,25% dos indivíduos eram do sexo feminino, enquanto crianças pardas e brancas foram as mais acometidas, o que equivale a 79,62% e 11,95% do total de indivíduos, respectivamente (**Tabela 2**).

Acerca dos locais de ocorrência da violência sexual, evidencia-se que os casos ocorreram, sobretudo, em ambiente residencial (75,37%), seguido das vias públicas (3,54%) e das escolas (1,57%), sendo que 8,5% das notificações apresentaram essa informação ignorada (**Figura 2**).

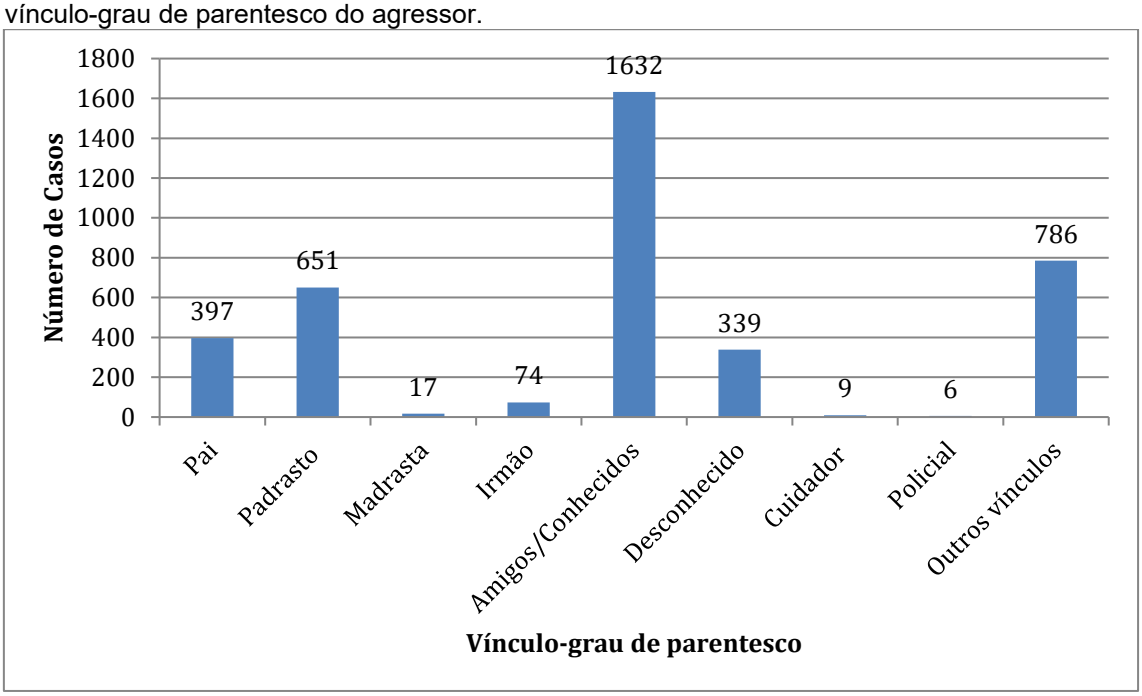
Figura 2 - Distribuição dos casos de violência sexual infantil no Pará entre 2019 e 2021 segundo local de ocorrência.



Fonte: Pinto CPX, 2025.

Por fim, quanto ao vínculo e/ou grau de parentesco dos agressores, encontraram-se dados de 4.015 indivíduos. Destes, 40,64% eram amigos e/ou conhecidos, 16,21% eram padrastos e 9,88% eram pais das vítimas (**Figura 3**).

Figura 3 - Distribuição dos casos de violência sexual infantil no Pará entre 2019 e 2021 segundo vínculo-grau de parentesco do agressor.



Fonte: Pinto CPX, 2025.

DISCUSSÃO

Segundo o último relatório da Pesquisa sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para Fins de Exploração Sexual Comercial no Brasil (Pestraf), a região Norte se apresenta com o maior número de rotas de tráfico para fins de exploração sexual, sendo leilões de virgens uma das características da região (LEAL ML, 2002). Estudos apontam que são diversos os fatores que levam a esses índices, porém, a pobreza é um grande determinante da incidência de exploração sexual de crianças e adolescentes no país, e na região Norte, 56% dessa parcela da população vive em situação de pobreza, em localidades isoladas e tendo serviços sociais públicos básicos de difícil acesso (VIEIRA MS, et al., 2017).

Apesar desse estudo demonstrar uma porcentagem pequena de casos da região quando comparado ao âmbito nacional, é importante destacar o impacto das subnotificações dos casos de violência sexual infantil na região norte, o que pode ter grande relação com a falta de políticas públicas que incentivem a notificação compulsória de tais ocorrências, bem como a dificuldade de acesso para denunciar tal violência.

O presente estudo evidenciou que entre os adolescentes, o perfil que mais sofreu com a violência sexual infantil é formado por menores na faixa etária de 10 a 14 anos do sexo feminino, corroborando com estudo já realizado anteriormente, que pontua que crianças do sexo feminino representam mais de 80% das notificações, sendo que uma das razões seria as mudanças corporais que marcam a adolescência, principalmente a feminina, a qual teriam grande influência na motivação para que ocorra o abuso, visto que essas crianças começam a serem vistas como mulheres, apenas por começarem a desenvolver características sexuais (LEMOS AQ, et al., 2021).

É importante pontuar que essa supervalorização da característica dos corpos femininos muito se está relacionado a forma em que a mulher é colocada socialmente, em uma posição de objetificação e desvalorização, o que faz seus corpos serem vistos socialmente como algo que possa ser tomado mesmo sem autorização, devido a sociedade patriarcal em que estão inseridas (SANTOS PFS, et al., 2021).

Em relação a crianças, as mais acometidas se encontram na faixa de 5 a 9 anos, fase a qual é indicada como uma das com maiores riscos de violência, visto que o menor possui grande dependência em relação ao seu cuidador, pequeno poder de argumentação, em decorrência de uma estrutura hierárquica em que a criança deve obediência, e dificuldade de se opor a atitudes violentas (OLIVEIRA NF, et al., 2020).

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, é possível identificar que os indivíduos negros, representam a grande maioria dos casos notificados, visto que são compostos tanto por pretos e pardos. Corroborando com Oliveira NF, et al. (2020), que observou uma maior ocorrência de violência sexual entre crianças e adolescente autodeclarados pardos. É valido ressaltar que esta é a cor da maioria da população da região norte, assim como é a maioria da população que se encontra em situação de pobreza.

O estudo evidenciou que a maioria dos casos notificados ocorreram no domicílio da vítima e foram causados por amigos ou conhecidos de seus familiares. Sena CA, et al. (2017) aponta perfil semelhante, pois identifica o agressor como sendo uma pessoa conhecida ou familiar da vítima, por vezes os próprios genitores e, em sua maioria, do sexo masculino, o que mais uma vez demonstra as questões relativas ao gênero, em que o masculino se sobrepõem ao feminino de maneira violenta, dominadora e exploratória.

Além disso, é valido ressaltar que a condição de dependência dessas crianças e adolescentes para com familiares dificulta a denúncia, o que pode sugerir uma ocorrência maior, porém uma notificação mínima (SENA CA, et al., 2017).

Pelos resultados encontrados na presente pesquisa, a caracterização do perfil do agressor está intimamente ligada ao convívio da criança com os membros da família, demonstrando que, devido ao distanciamento social orientado pelas organizações de saúde durante a pandemia da Covid-19, o convívio social fora de casa diminuiu, aumentando o tempo de convívio das crianças com a família, gerando grande probabilidade de subnotificação da violência sexual durante o período da pandemia (ZANOTTO L, et al., 2021).

CONCLUSÃO

A partir do presente artigo, pode-se concluir também que a incidência dos casos foi influenciada por determinantes socioeconômicos representados na análise quantitativa pelas variáveis: sexo, idade, raça/cor, região de saúde e tipo de violência. Nesse contexto, o perfil das, apesar do decréscimo com os anos, uma ocorrência significativa de 4820 notificações de violência sexual infantil no estado do Pará entre 2019 e 2021. notificações centrou-se em meninas, entre 10 e 14 anos, autodeclaradas pardas, vítimas de violência realizadas por amigos e/ou conhecidos no ambiente residencial, predominantemente na região Metropolitana I. É válido ressaltar que a pandemia da covid-19 influenciou as subnotificações de violência sexual infantil tendo em vista a caracterização do perfil do agressor intimamente ligada ao convívio da criança com os membros da família em casa. Um fator que demanda atenção no estudo diz respeito aos altos índices de dados ignorados em parte das variáveis analisadas, demostrando o grande índice de subnotificação como a principal limitação do artigo e evidenciando a necessidade de medidas mais efetivas sobre a segurança da população mais vulnerável à violência.

REFERÊNCIAS

1. BRASIL. Secretaria dos Direitos Humanos. Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes. Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. Brasília: ECPAT, 2013.
2. BRASIL. Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017. Dispõe sobre o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 5 abr. 2017.
3. CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). Sistema Conselhos de Psicologia. Referências técnicas para a atuação de psicólogas(os) na rede de proteção às crianças e adolescentes em situação de violência sexual. CFP, 2020.
4. BRASIL. Secretaria da Saúde. Centro Estadual de Vigilância em Saúde. Tipologia da Violência. Porto Alegre, RS: 2020.
5. BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos. Balanço das Denúncias de Violações de Direitos Humanos. Brasília, DF: 2016.

6. BRASIL. Ministério da Saúde. Boletim Epidemiológico. Brasília. 2018, 49(11):1-18.
7. BRASIL. Ministério da Saúde (MS). Política Nacional de Saúde Integral da População Negra. Brasília: MS; 2017
8. CRUZ MAD, et al. Repercussões do abuso sexual vivenciado na infância e adolescência: revisão integrativa. Ciência & Saúde Coletiva. 2021; 26:1369-80.
9. LEAL MF. Pesquisa sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual Comercial. PESTRAF: Relatório Nacional. Brasília, 2002: p.280.
10. IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA. Censo brasileiro de 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2012
11. LEMOS AQ, et al. Prevalence of Child Sexual Violence in Brazil in the Period 2010-2018: an Ecological Study. J Health Scie. 2021:23:334–38.
12. NATIONAL SOCIETY FOR THE PREVENTION OF CRUELTY TO CHILDREN (NSPCC). How safe are our children? The most comprehensive overview of child protection in the UK. Londres: NSPCC, 2018.
13. OLIVEIRA NF, et al. Violência contra crianças e adolescentes em Manaus, Amazonas: estudo descritivo dos casos e análise da completude das fichas de notificação, 2009-2016. Epidemiologia e Serviços de Saúde. 2020: 29.
14. ONÇA JS, et al. Violência Sexual infantil no Brasil: Perfil epidemiológico 2009 – 2017. Revista Intelecto. 2020; 3.
15. ROY EA. New Zealand: majority of callers to new sexual harm helpline are teenage girls. The Guardian, 2018.
16. SANTOS PFS, et al. Objetificação dos Corpos das Mulheres: O Ser-em-si e o Objeto, Um Estudo de Representações Sociais. In: V Desfazendo Gênero – V Seminário Internacional Desfazendo Gênero, Online – 22 a 25 de novembro de 2021 ST. Brasil.
17. SENA CA, et al. Incidência de violência sexual em crianças e adolescentes em Recife/Pernambuco no biênio 2012- 2013. Ciência Saúde Coletiva. 2017, 23: 1591–9.
18. VIEIRA MS, et al. A violência sexual contra crianças e adolescentes: particularidades da região Norte do Brasil. Revista Intellector. 2017; 13:36–51.
19. ZANOTTO L, et al. The reorganization of the family life with children in a pandemic by covid-19 in brazil. SciELO. 2021.